

# LINGUASAGEM

## MONTEIRO LOBATO E A “INTRIGALHADA” DOS PRONOMES

Maria Inês Pagliarini COX<sup>1</sup>  
Criseida Rowena Zambotto de LIMA<sup>2</sup>

### RESUMO

Neste estudo, focalizamos a polêmica sobre a independência linguística do Brasil nas primeiras décadas do século XX, com base em textos de Monteiro Lobato. Buscamos desenredar dos textos analisados, que funcionam como uma espécie de arena, os embates entre separatistas e legitimistas acerca dos traços brasileiros envolvendo a questão pronominal.

**PALAVRAS-CHAVE:** polêmica sobre o português brasileiro, Monteiro Lobato, a questão pronominal.

1. A questão da língua brasileira vem sendo discutida desde meados do século XIX, quando boa parte dos intelectuais do país, na trilha aberta pelo acontecimento da Independência em 1822, passou a desejar/vislumbrar a expansão da alforria política para os domínios culturais, linguísticos e literários. Os primeiros a reivindicarem a nacionalização da língua e da literatura foram os escritores românticos. O binômio nação independente/língua independente tornava-se uma espécie de palavra de ordem nos embates que ganharam a cena pública. Entre os românticos, o ícone desse debate foi José de Alencar para quem “A língua é a nacionalidade do pensamento como a pátria é a nacionalidade do povo” ([1865] 1978, p. 55). O escritor de *Iracema* representava sua “teoria” acerca da alteridade linguística brasileira por meio de uma pergunta anedótica: “O povo que chupa o caju, a manga, o cambucá e a jabuticaba, pode falar uma língua com igual pronúncia e o mesmo espírito do povo que sorve o figo, a pera, o damasco e a nêspira?” ([1872] 1978, p. 96). Para ele a resposta era, sem dúvida, “não”.

<sup>1</sup> Professora do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso e orientadora de doutorado de Criseida Rowena Zambotto de Lima. E-mail: minescox@hotmail.com

<sup>2</sup> Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso e professora da rede pública de ensino básico em Cuiabá e Várzea Grande. E-mail: cris\_zambotto@hotmail.com

O ímpeto romântico de dotar o Brasil de uma língua própria, contudo, murchou ao ser combatido pelos parnasianos que passaram a defender a sacralidade da forma; o respeito às regras de versificação; o preciosismo rítmico e vocabular; as rimas raras; a preferência por estruturas fixas, como a do soneto, e a retomada de temas clássicos. Entre eles o rigor e a perfeição formal, não raro, eram sinônimos de “correção gramatical”. Contudo, o movimento parnasiano não demorou a enfrentar a fúria modernista no combate ao academicismo estético e à recidiva do classicismo. Tomando a via oposta, modernistas patrocinavam a experimentação, a liberdade de expressão e criação artística; a incorporação da vida cotidiana às temáticas literárias, com destaque ao folclórico e ao popular; a pluralidade cultural e linguística brasileira; o nacionalismo crítico; as inovações técnicas com a adoção do verso livre; a linguagem coloquial etc. (BORNEMANN, 2013). Se, esteticamente, o parnasianismo é a antítese do romantismo, o modernismo é a antítese do parnasianismo.

Entre os modernistas, Monteiro Lobato e Mário de Andrade avultaram como os maiores defensores da nacionalização do meio de expressão literária, significando, para o primeiro, a formação de uma língua própria – a Brasilina – a partir da transformação do português, e, para o segundo, a instituição de uma norma brasileira, designada como fala brasileira. Entre aqueles que defendiam a independência linguística do Brasil, havia uma quase unanimidade em destacar os neologismos, os pronomes e a ortografia, como divisas a separar a língua brasileira da lusitana.

Neste estudo, vamos nos fixar na questão pronominal tal como tematizada e significada por Monteiro Lobato, o sonhador da Brasilina. Como o escritor se posiciona em relação às singularidades pronominais observadas no português falado no Brasil? Em muitos momentos de sua obra, ele se ocupou dessa questão. E a ela chegou a dedicar um conto: “O colocador de pronomes” (1924), em que narra os infortúnios do Aldrovando Cantagalo, um professor de gramática que nasce e morre em virtude de equívocos pronominais: “Filho dum pronome impróprio, a má colocação de outro pronome lhe cortaria o fio da vida.” (LOBATO, [1924] 1981, p. 70). Em uma carta ao amigo de mais de 40 anos, Godofredo Rangel, refere-se às controvérsias acerca da colocação pronominal como “a intrigalhada toda dos pronomes”. Assim:

Se por “saber português” entendes conhecer por miúdo os bastidores da Gramática e a *intrigalhada* toda dos pronomes que vem antes ou depois, concordo com o que dizes na carta: um burro bem arreado de regras será eminente. [...] Aqui em S. Paulo o brontossoauro da

gramática chama-se Álvaro Guerra, um homem que anda pela rua derrubando regrinhas como os fumantes derrubam pontas de cigarro. As regras desse homem tremendo, quando vêm ao bico da pena dos escritores, matam, como unhas matam pulgas, tudo o que é beleza e novidade de expressão – tudo que é lindo mas a Gramática não quer (LOBATO, [1944] 2010, p. 418). (grifo nosso)

A “intrigalhada dos pronomes” envolvia, como inimigos de fé, legitimistas e separatistas. Legitimistas, em nome da língua castiça, original e correta, defendiam o servilismo ao padrão lusitano, a ingurgitação e regurgitação de regrinhas gramaticais, a exemplo de “Álvaro Guerra”, lembrado por Lobato como o “brontossauro” que, se seguido na escrita literária, mataria a “beleza” e a “novidade da expressão”, “como unhas que matam pulgas”. Já os separatistas, em nome da língua outra, mestiça, modificada pelas gentes que viviam no Brasil, defendiam a libertação dos grillhões gramaticais lusitanos, vislumbrando a incorporação à escrita literária dos traços que singularizam o português brasileiro. Além de uma fala já apartada da fala portuguesa, o país precisava também de uma literatura que se diferenciasse da europeia por encarnar a voz brasileira. Essa era a bandeira erguida por Lobato.

2. É como um separatista que Lobato se posicionava no debate sobre os pronomes, afirmando que as normas gramaticais devem suceder os usos gerais da língua, como podemos ler neste trecho de uma fábula em que Dona Benta e seus netos, Narizinho e Pedrinho, dialogam sobre a mistura de “tu” e “você”, generalizada na fala brasileira:

“Pilhei a senhora num erro!”, gritou Narizinho. “A senhora disse: ‘Deixe estar que já *te* curo!’ Começou com o *Você* e acabou com o *Tu*, coisa que os gramáticos não admitem. O ‘te’ é do ‘Tu’, não é do ‘Você’...”

“E como queria que eu dissesse, minha filha?”

“Para estar bem com a gramática, a senhora devia dizer: ‘*Deixa* estar que já *te* curo.’”

“Muito bem. Gramaticalmente é assim, mas na prática não é. Quando falamos naturalmente, o que nos sai da boca é ora o *você*, ora o *tu*; e as frases ficam muito mais jeitosinhas quando há essa combinação do *você* e do *tu*. Não acha?”

“Acho, sim, vovó, e é como falo. Mas a gramática...”

“A gramática, minha filha, é uma criada da língua e não uma dona. O dono da língua somos nós, o povo; e a gramática – o que tem a fazer é, humildemente, ir registrando o nosso modo de falar. Quem manda é o uso geral e não a gramática. Se todos nós começarmos a usar o *tu* e o *você* misturados, a gramática só tem uma coisa a fazer...”

“Eu sei o que é que ela tem a fazer, vovó!”, gritou Pedrinho. “É pôr o rabo entre as pernas e murchar as orelhas...”

Dona Benta aprovou. (LOBATO, 2006, p. 35). (grifos do autor)

Nesse diálogo, Lobato faz de Narizinho uma representante da gramática normativa. Como tal, ela se diverte em apanhar Dona Benta em um erro – a alternância *você/tu* para se referir ao enunciatário numa mesma frase ou texto, inadmitida pelos gramáticos. No imperativo afirmativo, *deixe* é uma forma de terceira pessoa (deixe você) e, segundo os mandamentos gramaticais desfiados por Narizinho, “o ‘te’ é do ‘Tu’, não é do ‘Você’”. Assim, ao invés de *deixe* (*Deixe* estar que já *te* curo!), Dona Benta deveria ter usado *deixa* (*Deixa* estar que já *te* curo!). Porém, Dona Benta, encarnando a irreverência do próprio Lobato, rebate a lógica gramatical obsoleta defendida por Narizinho, argumentando que o que gramática ordena não é o que se faz na prática. Na prática, a variação entre *você/tu* é natural e deixa as frases mais “jeitosinhas”. A menina aparentemente concorda com a avó, admitindo que também fala assim, porém faz um movimento de contestação iniciado pela conjunção adversativa *mas* (*Mas* a gramática...).

Contudo, antes que Narizinho prossiga defendendo a suposta uniformidade pronominal entre o sujeito e o objeto, em nome do “estar bem com a gramática”, Dona Benta desfia a sua teoria gramatical revolucionária: “A gramática, minha filha, é uma criada da língua e não uma dona. O dono da língua somos nós, o povo; e a gramática – o que tem a fazer é, humildemente, ir registrando o nosso modo de falar. Quem manda é o uso geral”. Esse enunciado lobateano poderia ser assinado por qualquer representante da linguística descritiva que entende a gramática não como um conjunto de regras que *devem ser* seguidas, mas como um conjunto de regras que *são* efetivamente seguidas pelos falantes de uma dada língua. Como afirma Possenti (1984, p. 31), no sentido descritivo, gramática é “um conjunto de leis que regem a estruturação real de enunciados produzidos por falantes, regras que são utilizadas”. Nesse sentido, Dona Benta tem razão ao sugerir que “se todos nós começarmos a usar o *tu* e o *você* misturados”, a gramática nada pode contra o “uso geral”. O modo como Pedrinho completa as reticências da frase iniciada pela avó: “É pôr o rabo entre as pernas e murchar as orelhas...” desautoriza o poder da gramática normativa em regular os usos da língua no Brasil. A gramática normativa pode prescrever a uniformidade pessoal na correlação entre o sujeito e o objeto – *tu* com *te* e *você* com *o*, *a*, *lhe* –, mas a prescrição se torna inócua, se *o uso geral* por falantes brasileiros patenteia a variação entre essas formas. Se, por um lado, Narizinho é uma representante da ideologia legitimista, Dona Benta, por outro, é uma voz favorável ao separatismo. Neste excerto, Dona Benta encarna o próprio Lobato, um defensor da emancipação linguística do Brasil que aposta

na evolução do português para a Brasilina, e Narizinho, os carranças servis à tradição gramatical lusitana.

A atitude prescritiva de Narizinho em relação à não-isonomia no uso dos índices de pessoa na correlação sujeito-objeto não é coisa do passado. Ainda hoje gramáticos e autores de livro didático – legitimistas de plantão – falam da “mistura de tratamento” como algo a ser evitado. Em vista da estabilidade histórica desse fenômeno, Bagno (2011, p. 756-760) dedica a ele uma longa seção que designa provocativamente como *Quem tem medo da ‘mistura de tratamento’?*. O autor tece críticas ao uso dessa expressão, por vê-la como “preconceituosa”, “pejorativa” e sem “fundamentação científica”. Para ele, estamos diante de uma “reorganização do quadro de índices pessoais”<sup>3</sup>. Trata-se, simplesmente, de um processo “inevitável e natural” de variação e mudança linguística. Porém, a sua designação como “mistura” implica que há uma forma “pura” de estabelecer a correlação entre o índice de 2ª. pessoa do sujeito e do complemento. Nessa expressão e outras como “salada de pronomes”, observadas em materiais didáticos atuais, ecoa, segundo Bagno (2011), “o purismo linguístico, a doença crônica do normativismo”. Na visada do sociolinguista, quem, como Dona Benta, correlaciona *te* com *você*, “não está ‘misturando pessoas gramaticais’, está simplesmente usando um índice de pessoa oblíquo que corresponde tanto a *tu* quanto a *você*”. Por isso, o autor é peremptório ao recomendar o exorcismo do “fantasma da mistura de tratamento” na “educação linguística no Brasil do século XXI”. Para ele, “é inútil querer impor formas que não são seguidas por absolutamente ninguém que fala o português brasileiro.” É impossível não associar essa afirmação de Bagno com o que Lobato, por meio de Dona Benta, diz: “Quem manda é o uso geral e não a gramática”.

3. O escritor lutava para apressar a chegada do tempo em que a literatura brasileira dispusesse de um meio de expressão próprio. Esse tempo estava longe, mas, prognosticava Lobato, haveria de chegar, não como obra de um escritor ou de um

<sup>3</sup> Marcos Bagno (2011), na Gramática Pedagógica do Português Brasileiro, opta por tratar do pronome não como uma classe de palavra, mas como uma função. Por essa via, os chamados pronomes pessoais (1ª, 2ª. e 3ª. pessoas) não são vistos como pertencendo a um mesmo paradigma lexicogramatical. Enquanto a 3ª. pessoa (também considerada uma não-pessoa) exerce a função da retomada anafórica de algo dito/nomeado anteriormente num dado enunciado, a 1ª. e 2ª. referem-se aos participantes efetivos da enunciação e à instância discursiva. Ao invés de pronomes pessoais, Bagno, acompanhando Benveniste, chama a 1ª. e 2ª. de “índices de pessoas”. Apenas à 3ª. pessoa cabe a classificação como pronome.

movimento literário, e sim como obra de todo um povo. Afinal, os próprios escritores já não mais falavam em casa em língua de escrever, se queriam ser compreendidos e, além disso, não ser vistos como afetados e pedantes. Por exemplo, falar ao telefone lusitanamente, como quem escreve, é a receita certa para que ocorra ruído na comunicação, a exemplo do “causo” seguinte, envolvendo Bastos Tigre, um escritor pernambucano fiel às normas gramaticais portuguesas:

Entre nós estamos ainda longe do tempo em que o português será língua apenas de um ou outro abencerragem feroz e não lido, mas tudo caminha para tal desfecho. O dissídio está patente. O povo fala o brasileiro e os próprios escritores que escrevem em português não o falam em família. Em casa, de pijama, só se dirigem à esposa, aos filhos e aos criados em língua da terra, brasileiríssima.

Contou-me Bastos Tigre que ouviu Rui Barbosa dizer de um autor numa livraria:

- “Já conheço ele!”

E aí de quem não falar assim no trato comezinho da vida! Não só ganha fama de pedante, de “difícil”, como não é bem entendido. Sobretudo ao telefone. Dada a necessidade de extrema clareza, ninguém ao telefone fala em português, se quer evitar complicações.

Bastos quis um dia falar, *depressa, depressa, caso urgente*, e esqueceu-se de que estava no Brasil.

- “*Alô! Se o excelentíssimo X está, obséquio, e grande, far-me-á o atendente, chamando-mo*”.

Ninguém pescou. Bastos insiste. Nada. Berra. Nada. Por fim manda às favas o português de Frei Luís de Sousa e diz:

- “*O seu Coisada tá aí? Quedele ele, então? Me chame ele, já, sim, meu bem*”?

O Coisada atende pressuroso e Bastos jura nunca mais falar ao telefone em língua de escrever.

Já temos dois grandes escritores que escrevem na língua da terra, em mangas de camisa, e pensam de chapéu de palha, com ideias da terra: Cornélio Pires e Catulo.

A elite franco-portuguesa isola-os com o mesmo desprezo com que em França e Itália tinham os faladores de latim para com os Dantes e Ronsards latinófobos.

(LOBATO, [1933] 2008, p.124 e 125) (grifos nossos)

No caso contado no excerto anterior, Lobato focaliza a diferença e a incompatibilidade entre a língua de falar (“brasileiríssima”) e a língua de escrever, ainda sob o arbítrio gramatical lusitano, a ponto de soar estrangeira e ininteligível, ao ser transposta para uma situação de fala cotidiana, como a de uma conversa telefônica sem rapapés. Para que o falante de brasileiro (seu Coisada ou quem atende o telefone por ele) entenda o que o falante de português (Sr. Bastos) quer dizer, é necessário traduzir o

texto da língua de escrever para a língua de falar. Basicamente, a tradução consiste em “mandar às favas o português de Frei Luís de Sousa” quanto às formas cerimoniais de tratamento e às normas de colocação pronominal, seguindo as tendências brasileiras.

No processo de tradução, constatada a ineficácia da insistência e repetição em tom mais alto como estratégia para se fazer entender, o Sr. Bastos o refaz, vertendo o tratamento formal, cortês e protocolar (*o excelentíssimo X*) e a mesura (*obséquo*) para formas totalmente coloquiais (*seu Coisada, ele, meu bem*), de modo que o pedido de informação indireto e cheio de reverência *Alô! Se o excelentíssimo X está... é convertido em perguntas diretas feitas em linguagem corriqueira O seu Coisada tá aí? Quedele ele, então?*.

Além de traduzir o tratamento cortês para um tratamento informal, direto, sem etiqueta e liturgia, o Sr. Bastos segue a norma brasileira na retomada anafórica da não-pessoa por *ele* e não *o* e, também, na colocação pronominal. Na formulação em língua de Portugal, *o excelentíssimo X* é retomado anaforicamente pelo pronome pessoal do caso oblíquo *o* que figura na forma *mo*, uma contração de dois clíticos: *me + o*, um requinte linguístico artificial que soa completamente incompreensível a falantes como *seu Coisada* ou *seu atendente*. Já na formulação em língua do Brasil, *o seu Coisada* é retomado sempre por meio de *ele*, um pronome pessoal do caso reto, um pronome lexical, segundo Bagno (2000, p. 202), cuja ocorrência é favorecida se se tratar de anáfora de um referente com traço semântico [+ animado], em função de objeto direto: *Chame seu Coisada vira Chame ele*. Sobre o uso dos pronomes clíticos *o* e *a*, Galves (1998, p. 87) afirma: “o caso dos clíticos de terceira pessoa, por exemplo, é representativo de um tipo de construção que tem tendência em desaparecer da língua”. Inúmeros estudos sociolinguísticos resenhados por Bagno (2000) evidenciam que, diante da estigmatização, principalmente no estilo mais monitorado, do uso do pronome lexical *ele* em função acusativa, a estratégia de apagamento do objeto direto de 3ª pessoa é, sem dúvida, a preferida pelos falantes brasileiros.

Essa estigmatização reverbera na menção que Bastos faz à formulação *Já conheço ele*, saída da boca de nada menos do que Rui Barbosa, considerado um mestre da correção linguística. Bastos escandaliza-se por Rui Barbosa usar *ele* ao invés de *o*, ignorando o que os mandamentos gramaticais ordenam. É como se o flagrasse num erro gramatical. Contudo, Lobato, sempre preocupado em ser compreendido, acha normal que Rui Barbosa *fale* assim, já que escrever e falar são coisas bem diferentes. Então, para mostrar que excesso de mesura, perfeccionismo gramatical e falta de naturalidade e

clareza afetam a comunicação, Lobato castiga/ridiculariza o Sr. Bastos Tigre, posicionando-o como o pivô desse caso anedótico em que ele é obrigado a traduzir o enunciado da língua de escrever para a língua de falar para se tornar inteligível ao interlocutor com quem conversa ao telefone.

Além de traduzir a forma clítica *o* pela forma lexical *ele*, o processo de tradução envolve também a colocação pronominal. A versão do enunciado do Sr. Bastos para língua do *seu Coisada* implica esquecer a afetada mesóclise (*far-me-á*). Na língua do *seu Coisada* não há mesóclise, assim como não há ênclise (*chamando-mo*). Aliás, a contração dos clíticos *me + o*, que resulta em *mo*, encliticamente posicionado, é um índice do primor gramatical do Sr. Bastos, ironizado por Lobato. Na língua de *seu Coisada*, nem a mesóclise e nem a ênclise, mas a próclise é a posição francamente favorita. Assim, desfeita a contração dos clíticos *me + o*, o *me*, forma dêitica que se refere àquele que fala (o Sr. Bastos) é posto imediatamente antes do verbo principal e o clítico *o*, vertido para a forma lexical *ele*, é posicionado imediatamente após o verbo de que é o acusativo, resultando na formulação: *Me chame ele, já, sim, meu bem*”, sem salamaleque. Sintetizando vários estudos sobre a colocação dos pronomes oblíquos átonos (clíticos) no português brasileiro, Bagno (2011, p. 762) apresenta a “regra única de colocação dos clíticos: próclise ao verbo principal”.

Nesse caso, ao menos na fala, o Sr. Bastos é obrigado a se render à língua de *seu Coisada*. Mas Lobato queria mais, queria ver essa língua encarnada na escrita literária. Queria ver a nossa literatura ser pensada e escrita “em língua da terra, brasileiríssima”, pensada com “chapéu de palha” e escrita em “mangas de camisa”, à maneira de Cornélio Pires e Catulo, tornando-se, assim, palatável ao leitor comum e não apenas à elite “franco-portuguesa” que reinava na seara da Letras, desprezando aqueles que se insurgiam contra as normas linguísticas e estéticas ditadas pela Europa. Lobato chega mesmo a comparar o despreço da alta-roda letrada brasileira por aqueles que escreviam em língua da terra com o desdém que italianos e franceses amantes do latim nutriam pelos “Dantes e Ronsards latinófobos”. Dante Alighieri (1265-1321) e Pierre Ronsard (1524-1585) são considerados patronos da língua italiana e francesa respectivamente, mas em sua época foram incompreendidos e execrados por aqueles que seguiam o instituído. Quer dizer, a mesma aversão vivida por escritores que ousaram escrever em italiano e francês quando a palavra de ordem era escrever em latim, era sentida por aqueles que ousavam escrever em língua brasileira quando a palavra de ordem era escrever em português castiço.

Todavia, Lobato não se rende aos imperativos gramaticais e literários de seu tempo e aventa a possibilidade de seus futuros netos verem um Rui Barbosa e um Olavo Bilac empregar, como complemento do verbo, *ele/ela* ao invés de *o/a*, sem chocar o beletrismo.

Verão, pois, nossos futuros netos, um Rui, de tanta autoridade como o atual, abrir uma oração política da mais alta importância com esta forma que inda choca o beletrismo de hoje: *O Brasil, senhores, amei ele o mais que pude, servi ele o que me deram as forças etc.*

E verão um Bilac lançar um “ouvir estrelas” assim: *Ontem divisei ela/na janela...*

Será isso simplesmente a reabilitação da forma lusa dos pré-clássicos, já vitoriosa na língua, ou a vitória da sintaxe tupi?

Riem-se? Não é matéria de riso. É a anotação singela da marcha de um fenômeno.

Inda nos detém hoje o medo à férula dos gramáticos d’além-mar e de seus prepostos no Brasil.

Não obstante a corrente do “ele” cresce dia a dia e acabará expungindo a do “o”. (LOBATO [1922] 1981, p. 59). (grifos do autor)

A escolha desses dois escritores é muito significativa porque ambos, legitimistas que eram, se destacavam pelo zelo da pureza e correção do português, em obediência estrita às prescrições gramaticais. Rui Barbosa ([1904] 1978, p. 387 e 388) se referia ao português outro falado no Brasil, como “língua bastarda”, “dialeto promíscuo”, “falar incongruente e díscolo”, “miscelânea amorfa, emburilhada e rude”, “português mestiço de entre lobo e cão”, “idioma de aluvião”. Já Olavo Bilac ([1894] 1978, p. 365 e 366), defendendo o binômio *uma nação/uma língua*, afirmava que “a pátria não é a raça, não é o meio, não é o conjunto dos aparelhos econômicos e políticos: é o idioma criado ou herdado pelo povo” e mais que “a morte da nação começa pelo apodrecimento de sua língua”. Segundo Bilac, para salvar a nação brasileira (em perigo) era preciso “salvar da morte a nativa linguagem portuguesa” por meio da difusão de seu ensino em todo território nacional<sup>4</sup>, principalmente nas áreas em que as línguas nativas dos imigrantes

<sup>4</sup> Olavo Bilac era um dos mais importantes membros da Liga de Defesa Nacional, fundada no Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1916 por um grupo de intelectuais. A Liga constituiu-se em torno de um ideário nacionalista, visando à formação de um Estado mais unido e moderno. Bilac via sua ação na Liga como um “*apostolado de civismo e patriotismo*”, ressaltando sempre a necessidade do ensino universal da língua portuguesa em todas as escolas do país, incluindo aquelas dos núcleos coloniais de imigrantes europeus. Dizia ele: “Abrimos o Brasil a todo mundo: mas queremos que o Brasil seja Brasil! queremos conservar a nossa raça, a nossa história, e, principalmente, a nossa língua, que é toda a nossa vida, o nosso sangue, a nossa alma, a nossa religião” (BILAC, [1894] 1978, p. 365 e 366).

eram predominantes. Entre legitimistas, o português, paradoxalmente, era visto como a língua *nativa* dos brasileiros, provavelmente no sentido de língua *pátria, nacional e não originária* do Brasil.

De apóstolos do português puro, original, correto, o irreverente Lobato alça Rui Barbosa e Olavo Bilac à condição de seus profanadores. As paródias que faz do introito de um discurso ruibarboseano e de versos de um poema bilaquiano, vertendo-os para o português brasileiro, soam como uma pilhéria que pode provocar o riso do leitor. Lobato tem consciência disso, pois interpela diretamente o leitor para que não ria. Afinal, era preciso ter coragem para enfrentar a palmatória dos gramáticos portugueses e seus prepostos no Brasil, usando naturalmente, ao invés de *o/a*, o pronome lexical *ele/ela*, como complemento de *amar, servir e divisar*, segundo o uso geral brasileiro. Era preciso ter coragem para não nadar contra “a corrente do *ele*” que se avolumava e acabaria por afogar o clítico “o”.

Nesse excerto, Lobato alude a duas hipóteses para explicar a tendência brasileira de usar *ele/ela* como complemento do verbo: “Será isso simplesmente a reabilitação da forma lusa dos pré-clássicos, já vitoriosa na língua, ou a vitória da sintaxe tupi”. De acordo com alguns estudiosos, a preferência dos falantes brasileiros pelo uso do pronome lexical em função acusativa se explica pela hipótese do arcaísmo, segundo a qual traços do português quinhentista teriam se mantido no português brasileiro em razão do isolamento da colônia e da falta de escolas, acarretando, como consequência, o iletramento da maioria da população. Se não atingidos pela normatização gramatical efetuada pela escola, os falantes “dão livre curso às tendências internas de transformação da língua, tendências que podem ser encontradas nas fases anteriores do idioma, mas que são refreadas e contidas pela índole conservadora da norma linguística considerada padrão” (BAGNO, 2000, p. 303). Nesse sentido, a proibição do emprego de *ele* acusativo é, segundo Silveira Bueno (citado por BAGNO, 2000), um dogma gramatical cultivado pelo ensino oficial tanto em Portugal como no Brasil, que vai na contramão de uma tendência instalada no cerne da língua portuguesa. Diz o autor que é preciso muito esforço e policiamento para evitar, ao menos na escrita, esse emprego de *ele*. Diante disso, afirma que o *ele* acusativo, longe de ser um brasileirismo, é uma forma que está no âmago do português, embora seja renegada. Aos que não aceitam sua posição, Bueno recomenda que eles se empenhem no trabalho árduo de ler documentos portugueses arcaicos para ver quem tem razão. O autor cita vários exemplos do emprego do *ele* acusativo observados em tais documentos, dentre os quais os seguintes: “Perdi

*ela* que foi arre melhor” (Vaticana 21), “... desde vi *ela*” (Vaticana 585) (BUENO, 1955, citado por BAGNO, 2000, p. 285), usos praticamente idênticos aos observados na fala da população brasileira. Diante dos inúmeros casos de *ele* acusativo registrados em textos anteriores ao período clássico e moderno, Bueno conclui: “A língua viva do Brasil continua, assim, um fato histórico do idioma, conservando esse cunho característico do período arcaico” (BUENO, 1955, citado por BAGNO, 2000, p. 286). Quer dizer, entre nós, o *ele* acusativo segue a trajetória iniciada na aurora da língua portuguesa e interrompida artificialmente em Portugal no período clássico. Assim, de acordo com Bueno (1955) e Bagno (2000), usar *ele/ela* e não *o/a*, como complemento direto do verbo, seria “a reabilitação da forma lusa dos pré-clássicos” e não uma “vitória da sintaxe tupi”, mas há quem diga que é, sim, um processo de variação/mudança do português desencadeado pela sua interação cotidiana com línguas indígenas e africanas. Salomé Queiroga ([1873]1978, p. 168), por exemplo, costumava dizer que escrevia “em nosso idioma, que é *luso-bundo-guarani*”. As hipóteses do arcaísmo e da influência indígena não são excludentes, uma vez que o curso do *ele* acusativo, presente no português pré-clássico, pode ter se tornado mais caudaloso ao confluir, no Brasil, com línguas indígenas e africanas que favoreciam o processo.

4. É notável a persistência de Lobato em discutir a questão pronominal, tida, como observado anteriormente, como um dos aspectos linguísticos em que o português brasileiro falado mais se desencontra(va) do português europeu escrito. Mediante uma metáfora irretocável, o escritor assim se referia a esse desencontro: “falamos à moda de Brasilina, mas escrevemos à moda de dona Manuela” (LOBATO, [1922] 1981, p. 56 e 57). Nessa metáfora, não sem razão, Lobato contrasta a designação *Brasilina* com *dona Manuela*, um antropônimo alusivo à cultura lusitana. Como afirma Carvalho (2013, p. 77), “dizer que alguém se chama Manuel/Manuela é quase como dizer que ele/ela é português/portuguesa”. Além disso, o contraste entre *Brasilina* simplesmente e *dona Manuela*, com o nome precedido pela forma de tratamento “dona” que deslizou de um título honorífico destinado às mulheres nobres para todas as mulheres merecedoras de respeito por serem casadas, religiosas, viúvas, idosas etc. (HOUAISS, 2009, p. 708), expressa a hierarquia ainda reinante entre a língua falada no Brasil e a língua escrita portuguesa literária em torno de que se erigiu a gramática normativa. Dona Manuela veicula, pois, além do sentido de respeito, aquele do dever de obediência. Conforme

Carvalho (2013, p. 77), “dona Manuela é a encarnação não apenas da autoridade portuguesa, mas também do autoritarismo do colonizador que, se não detém mais o poder político, ainda não desistiu de colonizar a nossa língua”, agindo, no Brasil, através de seus prepostos que continuam a macaquear as gramáticas lusitanas, ao invés de enfrentarem a gigantesca tarefa de gramatizar a fala brasileira, registrando aquilo que avulta como *norma* no sentido de “uso geral”, para dotar a escrita literária de uma forma de expressão própria.

Quando Lobato se põe a discutir a questão pronominal, invariavelmente ele reifica dentro do texto a contenda entre a posição legitimista e a posição separatista, quer por meio do embate entre as personagens ou entre elas e o narrador, no gênero literário, quer por meio de si mesmo como autor/enunciador que agencia outros enunciadores, no gênero jornalístico. No primeiro excerto analisado, temos, como já observado, dona Benta encarnando a posição separatista e Narizinho, a legitimista. Contraditoriamente, quem é velho pensa novo e quem é novo pensa velho. Já no segundo texto, Lobato fala em seu próprio nome como um separatista que obriga Bastos Tigre, um legitimista, pelo menos a falar como fala o brasileiro (seu Coisada) sob pena de não ser compreendido. O texto lobateano é, assim, uma arena em que separatistas e legitimistas se batem. Contudo, considerando a posição do escritor, os separatistas tendem sempre a vencer a batalha e a lançar aqueles que defendem a ortodoxia gramatical numa situação caricata e risível.

Entre nós e Lobato, já lá vai quase um século, e o dissídio da língua brasileira em relação à herdada dos colonizadores, como vislumbrado pelo escritor, ainda não foi legitimado. A previsão do escritor falhou: a corrente do *ele* acusativo não só não se impôs na escrita como continua a ser combatida por aquela do *o* que, contra todas as evidências científicas, defende o purismo linguístico e a correção gramatical lusitana. Nem os netos de Lobato e nem os nossos viram um Rui Barbosa que naturalmente falasse da tribuna “O Brasil, senhores, amei *ele* o mais que pude, servi *ele* o que me deram as forças etc” ou um Bilac que poetasse “Ontem divisei *ela*/na janela...”.

Podemos dizer de Lobato um (socio)linguista *avant la lettre*. Ele defendeu uma concepção descritiva, e não prescritiva, de gramática, muito antes de o estruturalismo ter se constituído no campo dos estudos linguísticos. As questões pronominais que ele tematizou em suas obras, em defesa da emancipação da língua brasileira, constituem, hoje, objetos de pesquisas científicas que evidenciam empírica e estatisticamente a regularidade do que ele apontava intuitivamente.

Desde que a linguística começou a figurar nos currículos de cursos de Letras de universidades brasileiras, houve um deslocamento da produção e circulação do discurso separatista do domínio da literatura para o domínio das ciências, principalmente o domínio da sociolinguística. Nós, (socio)linguistas, continuamos defendendo a autonomia do português brasileiro no duelo agora travado com representantes dos “comandos paragramaticais” que ocupam o espaço dos legitimistas na contemporaneidade, uma vez que os gramáticos de peso se tornaram raros (muitos deles migraram para a ciência nascente) com o advento da linguística.

A expressão “comandos paragramaticais”, cunhada por Bagno (2000, 2004) em analogia a “comandos paramilitares”, cobre manifestações e manifestantes de purismo linguístico que, via mídia, exercem contemporaneamente o “policimento gramatiqueiro”. O termo “comando” capta o sentido de imposição e “paragramatical”, a pretensa autoridade de profissionais das Letras que se julgam entendidos e competentes no assunto, mas que, efetivamente, não têm base científica consistente para tratar de questões linguísticas. Os comandos paragramaticais assumiram o posto de defensores da língua portuguesa contra os (socio)linguistas que eles acusam de pregar o vale-tudo da língua e de ser responsáveis pela indigência linguística dos brasileiros. Enfim, estamos no século XXI, mas a polêmica entre separatistas e legitimistas não terminou, apenas mudou de lugar.

Passados 69 anos da Independência do Brasil, Macedo Soares ([1891] 1978, p. 53), em companhia de Batista Caetano, se perguntava: “Independência nacional? Pode ser, mas na política: em tudo mais continuamos a ser colônia portuguesa.”. Passados quase 200 anos da Independência, Bagno (2011) afirma:

Portugal não pode ser parâmetro contra o qual devemos medir nossa língua. Portugal não dita os destinos da nossa língua, que é total e exclusivamente nossa, dos brasileiros. Não vamos negar nosso passado, mas também não podemos persistir num espírito colonizado, quando falta tão pouco para o bicentenário da nossa independência. (BAGNO, 2011, p. 111).

Será que, no tricentenário da Independência, aqueles que nos sucederem no estudo do(s) português(es) brasileiro(s) ainda se sentirão invocados a realizar o gesto emancipatório em relação à Lei Gramatical Portuguesa?

## REFERÊNCIAS

ALENCAR, José de. Bênção paterna [1872]. In: PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978, p. 86-96.

\_\_\_\_\_. Proscrito [1865]. In: PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978, p. 55-60.

BAGNO, Marco. *Dramática da língua portuguesa: tradição gramatical, mídia e exclusão social*. São Paulo: Edições Loyola, 2000.

\_\_\_\_\_. Comandos paragramaticais: a política linguística dos meios de comunicação do Brasil. *Revista Internacional de Lingüística Iberoamericana*. Vol. 2, No. 1 (3), Políticas da Linguagem no Brasil (2004), pp. 141-150

\_\_\_\_\_. *Gramática pedagógica do português brasileiro*. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

BARBOSA, Rui. A correção vernácula [1904]. In: *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978, p. 384-391.

BILAC, Olavo. Instrução e patriotismo [1894]. In: *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978, p. 365-371.

BORNEMANN, Neila Barbosa de Oliveira. *O português brasileiro em Mário de Andrade pelo viés da análise de discurso*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem, Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013. 180p.

CARVALHO, Sheila Cristiane. *Sinhazinha Brasileira versus Dona Manuela: o discurso de Monteiro Lobato sobre a língua do Brasil*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Programa de Mestrado em Estudos de Linguagem, Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2013. 134p.

GALVES, Charlotte. A gramática do português brasileiro. *Língua e Instrumentos Linguísticos*. Campinas: Pontes, 1998, p. 79-96.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

LOBATO, Monteiro. Correspondência a Godofredo Rangel (30 de setembro de 1915). In: *A Barca de Gleyre*. São Paulo: Globo, [1944] 2010.

\_\_\_\_\_. *Na antevéspera*. São Paulo: Globo, [1933] 2008.

\_\_\_\_\_. *Fábulas*. São Paulo: Globo, 2006.

\_\_\_\_\_. O colocador de pronomes [1924]. In: *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1981, p. 51-79.

\_\_\_\_\_. O dicionário brasileiro [1922]. In: PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1981, p. 58-61.

\_\_\_\_\_. Dialeto caipira [1922]. In: PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1981, p. 55-58.

PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos II - 1920-1945 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1981.

\_\_\_\_\_. *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978.

POSSENTI, Sírio. Gramática e política. In: GERALDI, João Wanderley (org.) *O texto na sala de aula: leitura & produção*. Cascavel: Assoeste, 1985, p.31-39.

QUEIROGA, Salomé. Prólogo [1873]. In: PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978, p. 155-172.

SOARES, Macedo. Macedo Soares [1891]. In: PINTO, Edith Pimentel (Org.). *O Português do Brasil: textos críticos e teóricos I - 1820-1920 - Fontes para a teoria e a história*. São Paulo: Edusp, 1978, p. 41-53.

### Como referenciar este artigo

PAGLIARINI COX, Maria Inês; LIMA, Criseida Rowena Zambotto de. Monteiro Lobato e a "intrigalhada" dos pronomes. **revista Linguagem**, São Carlos, v.28, n.1, jan./jun. 2018, p. 236-250.